

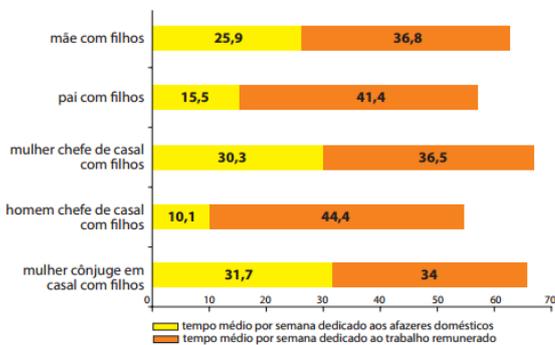
NONO PERÍODO

Conhecimentos gerais

1. As mulheres frequentam mais os bancos escolares que os homens, dividem seu tempo entre o trabalho e os cuidados com a casa, geram renda familiar, porém continuam ganhando menos e trabalhando mais que os homens.

As políticas de benefícios implementadas por empresas preocupadas em facilitar a vida das funcionárias que têm criança pequena em casa já estão chegando ao Brasil. Acordos de horários flexíveis, programas como o auxílio-creche, auxílio-babá e auxílio-alimentação são alguns dos benefícios oferecidos. (Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br>>)

JORNADA MÉDIA TOTAL DE TRABALHO POR SEMANA NO BRASIL - (EM HORAS)



Disponível em: <<http://ipea.gov.br>>. Acesso em: 30 jul. 2013.

Considerando o texto e o gráfico, avalie as informações a seguir.

I - O somatório do tempo dedicado pelas mulheres ao afazeres domésticos e ao trabalho remunerado é superior ao dedicado pelos homens, independentemente do formato da família.

II - O fragmento de texto e os dados do gráfico apontam para a necessidade de criação de políticas que promovam a igualdade entre os gêneros no que concerne, por exemplo, a tempo médio dedicado ao trabalho e remuneração recebida.

III - No fragmento de reportagem apresentado, ressalta-se a diferença entre o tempo dedicado por mulheres e homens ao trabalho remunerado, sem alusão aos afazeres domésticos.

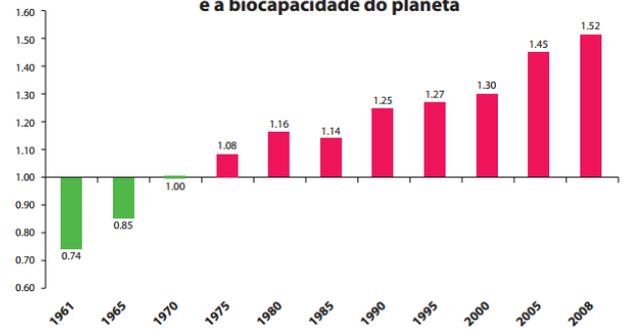
É correto o que se afirma em:

- A) I, apenas.
- B) III, apenas.
- C) I e II, apenas.
- D) II e III, apenas.

2. Pegada ecológica é um indicador que estima a demanda ou a exigência humana sobre o meio ambiente, considerando-se o nível de atividade para atender ao padrão de consumo atual (com a tecnologia atual). É, de certa forma, uma maneira de medir o fluxo de ativos ambientais que

necessitamos para sustentar nosso padrão de consumo. Esse indicador é medido em hectare global, medida de área equivalente a 10 000 m². Na medida hectare global, são consideradas apenas as áreas produtivas do planeta. A biocapacidade do planeta, indicador que reflete a regeneração (natural) do meio ambiente, é medida também em hectare global. Uma razão entre pegada ecológica e biocapacidade do planeta igual a 1 indica que a exigência humana sobre os recursos do meio ambiente é a reposta na sua totalidade pelo planeta, devido à capacidade natural de regeneração. Se for maior que 1, a razão indica que a demanda humana é superior à capacidade do planeta de se recuperar e, se for inferior a 1, indica que o planeta se recupera mais rapidamente.

Razão entre a pegada ecológica e a biocapacidade do planeta



Disponível em: <<http://financasfaceis.wordpress.com>>. Acesso em: 10 ago. 2014.

O aumento da razão entre a pegada ecológica e a biocapacidade representado no gráfico evidencia

- A) Redução das áreas de plantio do planeta para valores inferiores a 10.000 m² devido ao padrão de consumo de produtos agrícolas.
- B) Aumento gradual da capacidade natural de regeneração do planeta em relação às exigências humanas.
- C) Reposição dos recursos naturais pelo planeta em sua totalidade frente às exigências humanas
- D) Tendência a desequilíbrio gradual e contínuo da sustentabilidade do planeta.

3. O quadro a seguir apresenta a proporção (%) de trabalhadores por faixa de tempo gasto no deslocamento casa-trabalho, no Brasil e em três cidades brasileiras.

Tempo de deslocamento	Brasil	Rio de Janeiro	São Paulo	Curitiba
Até cinco minutos	12,70	5,80	5,10	7,80
De seis minutos até meia hora	52,20	32,10	31,60	45,80
Mais de meia hora até uma hora	23,60	33,50	34,60	32,40
Mais de uma hora até duas horas	9,80	23,20	23,30	12,90
Mais de duas horas	1,80	5,50	5,30	1,20

CENSO 2010/IBGE (adaptado).

Com base nos dados apresentados e considerando a distribuição da população trabalhadora nas cidades e as políticas públicas direcionadas à mobilidade urbana, avalie as afirmações a seguir.

I - A distribuição das pessoas por faixa de tempo de deslocamento casa-trabalho na região metropolitana do Rio de Janeiro é próxima à que se verifica em São Paulo, mas não em Curitiba e na média brasileira.

II - Nas metrópoles, em geral, a maioria dos postos de trabalho está localizada nas áreas urbanas centrais, e as residências da população de baixa renda estão concentradas em áreas irregulares ou na periferia, o que aumenta o tempo gasto por esta população no deslocamento casa-trabalho e o custo do transporte.

III - As políticas públicas referentes a transportes urbanos, como, por exemplo, o Bilhete Único e Veículo Leve sobre Trilhos (VLT), ao serem implementadas, contribuem para redução do tempo gasto no deslocamento casa-trabalho e do custo do transporte.

É correto o que se afirma em:

- A) I, apenas.
- B) III, apenas.
- C) I e II apenas.
- D) I, II e III.

Ambiental

4. Um empreendedor deu entrada em pedido de licenciamento ambiental no órgão estadual competente. Após paralisar o procedimento por dez meses, o órgão estadual informou que não teria capacidade técnico-administrativa para licenciar o empreendimento e que só a teria após a realização e a conclusão de concurso público para a contratação de servidores, o que demoraria um ano aproximadamente. Diante desses fatos, o empreendedor pediu arquivamento do pedido no órgão estadual e solicitou a atuação do órgão ambiental federal, que assumiu o procedimento de licenciamento ambiental. Nessa situação

hipotética, à luz da Lei Complementar n.º 140/2011, a atuação do órgão federal

A) decorreu de competência residual com o intuito de fornecer apoio técnico ao órgão estadual que continuará responsável pelo licenciamento.

B) decorreu de competência delegada por força de lei, que dispensa delegação formal pelo titular do órgão estadual.

C) decorreu da competência vertical, exercida diante da prevalência do interesse federal, superior hierarquicamente aos interesses dos demais entes da Federação.

D) foi supletiva, em substituição ao órgão estadual originariamente detentor da atribuição para licenciar.

5. Acerca do Sistema Nacional de Unidades de Conservação e das normas relativas à criação, implantação e gestão dessas unidades, assinale a opção correta.

A) Admite-se a transformação parcial de unidade de conservação de uso sustentável em unidade de conservação de proteção integral, desde que por meio de lei e obedecidas as exigências de prévios estudos e consulta pública.

B) À luz do entendimento do STF, é vedada a criação pelo poder público de mais de um tipo de unidade de conservação a partir de um mesmo procedimento administrativo.

C) O subsolo e o espaço aéreo, desde que contribuam para a estabilidade do ecossistema protegido, integram os limites das unidades de conservação.

D) As categorias de unidades de conservação de área de proteção ambiental e reserva particular de patrimônio natural devem contar com a delimitação de uma zona de amortecimento no seu entorno, cujo regime jurídico aplicável é o de uma limitação administrativa imposta aos proprietários, com vistas a minimizar os impactos negativos no interior da unidade de conservação.

Direitos Humanos

6. “Se há um direito humano à vida e à integridade física, como se pode aceitar então, com anuência, que as intervenções militares ocidentais matem mais pessoas inocentes que as atrocidades dos ditadores e dos terroristas? Os EUA, é o que se diz, utilizam os direitos humanos apenas como pretexto para os interesses totalmente profanos do poder e da economia; não lhes interessa a situação jurídica da população, mas apenas o petróleo. E por isso, assim prossegue o argumento, há dois pesos e duas medidas: em toda parte onde os detentores do poder se destacam pelo bom comportamento, deixando por exemplo que os bombardeiros norte-americanos estacionem em seus territórios (como na Turquia, provavelmente, ou na Arábia Saudita), a automeada polícia mundial ocidental não há de

objetar nada contra a pilhagem, a perseguição e a chacina de grupos inteiros da população ou contra as condições ditatoriais." (KURZ, Robert. Paradoxos dos direitos humanos. Folha de São Paulo, São Paulo, 16 mar. 2003. Caderno Mais!, p. 9-11)

O excerto acima é relacionado ao

- Multiculturalismo dos direitos humanos.
- Universalismo de confluência dos direitos humanos.
- Imperialismo dos direitos humanos.
- Relativismo dos direitos humanos.

7. "A impunidade ainda paira sobre as mortes de 493 pessoas, ocorridas em maio de 2006, a maioria pobres, negros e moradores da periferia. Todos os indícios apontam para uma ação efetiva de grupos de extermínio da polícia como forma de retaliação aos ataques do PCC naquele ano. As mães e familiares dessas vítimas de violência policial se uniram em um movimento chamado 'Mães de Maio'. São mulheres que transformaram a dor da perda na luta por justiça e hoje buscam um reconhecimento da sua causa para que o Estado não tire mais vidas em vão. A dor de centenas de famílias, que até hoje esperam respostas, se transformou em luta por meio do Movimento Mães de Maio" (<http://www.maesdemaio.com/#!justica/c786>).

Em atendimento a uma "mãe de maio", o Defensor Público, após constatar que o inquérito policial para elucidação do crime foi arquivado, poderia

- peticionar à Comissão Interamericana de Direitos Humanos.
- peticionar ao Comitê contra os Desaparecimentos Forçados.
- representar ao Defensor Público Interamericano para que peticionasse à Corte Interamericana de Direitos Humanos.
- peticionar ao Superior Tribunal de Justiça pleiteando o deslocamento da competência para a Justiça Federal.

8. Sobre a compatibilidade do crime de desacato, tipificado no artigo 331 do Código Penal brasileiro, com os tratados internacionais de direitos humanos, é correto afirmar:

- A Comissão Interamericana já entendeu que as leis que punem a manifestação ofensiva dirigida a funcionários públicos, geralmente conhecidas como "leis de desacato", atentam contra a liberdade de expressão e o direito à informação.
- Por se tratar de crime de menor potencial ofensivo, após condenação em Turma Recursal do Juizado Especial Criminal, o Defensor Público pode interpor Recurso Extraordinário ao Supremo Tribunal Federal em razão de precedente (RE 466.343) que consagrou a natureza constitucional dos tratados de direitos humanos.
- O Protocolo Facultativo ao Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos estabelece que o delito

de desacato viola o direito à liberdade de expressão e recomenda aos Estados sua exclusão das legislações internas.

d) A Defensoria Pública do Estado de São Paulo solicitou parecer consultivo à Corte Interamericana acerca da compatibilidade entre o dispositivo normativo e a Convenção Americana de Direitos Humanos.

Ética profissional

9. O advogado Lúcio, para ilustrar a tese que desenvolvia, fez inserir, em petição por ele apresentada, citação de julgado inexistente. Inseriu, ainda, citação doutrinária, cujo teor foi completamente deturpado. A respeito da hipótese, e nos termos do EAOAB (Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil), assinale a afirmativa correta.

- Lúcio não cometeu infração disciplinar, pois o advogado, amparado no princípio da ampla defesa, deve ter liberdade para defender os interesses de seus clientes da forma que achar conveniente.
- Lúcio cometeu infração disciplinar punível com pena de censura, nos termos do EAOAB, e violou dispositivo do Código de Ética e Disciplina da OAB.
- Lúcio cometeu infração disciplinar punível com pena de exclusão, nos termos do EAOAB, e violou dispositivo do Código de Ética e Disciplina da OAB.
- Lúcio não cometeu infração disciplinar prevista no EAOAB, tendo apenas violado dispositivo do Código de Ética e Disciplina da OAB.

10. Nos termos do Estatuto da Advocacia e da OAB, CANCELA-SE a inscrição do profissional que:

- Sofrer penalidade de suspensão.
- Passar a exercer atividade incompatível com a advocacia, ainda que em caráter transitório.
- Sofrer de doença mental considerada curável.
- Perder qualquer dos requisitos necessários para a inscrição.

11. José foi condenado criminalmente, com sentença transitada em julgado, e, paralelamente, punido também em processo disciplinar perante a OAB em função dos mesmos atos que resultaram naquela condenação criminal. Nos termos das normas estatutárias, é correto afirmar que:

- A reabilitação administrativa independe da criminal.
- Ambas as reabilitações podem tramitar paralelamente.
- A reabilitação administrativa é pressuposto da criminal.
- É pressuposto da reabilitação à OAB o deferimento da criminal.

12. Fátima é advogada de Carla em processo proposto em face da empresa LL Serviços Anônimos, por contrato não cumprido. Posteriormente, Fátima patrocina os interesses de

Leonídio em ação de responsabilidade civil, apresentada em face de Ovídio. Pelos descaminhos do destino, Carla e Leonídio estabelecem sociedade que, dois anos após a sua constituição, vem a ser dissolvida. Com os ânimos exaltados, Carla e Leonídio procuram sua advogada de confiança, Fátima, diante dos serviços de qualidade prestados anteriormente. Com sua rara habilidade persuasiva, a advogada consegue compor os interesses em conflito. Sobre o caso apresentado, observadas as regras do Estatuto da OAB e do Código de Ética e Disciplina da OAB, assinale a opção correta.

- a) A advogada deveria optar por um dos clientes na primeira consulta.
- b) O litígio envolve interesses irremediavelmente conflitantes, o que exige a opção do advogado.
- c) A conciliação purga o confronto de interesses entre os clientes da advogada.
- d) O eventual acordo entre os litigantes, no caso, deveria ser feito por outro advogado.

13. O advogado Júlio César anunciou seus serviços profissionais em outdoors na cidade em que exercia suas atividades. Ao lado de sua fotografia de paletó e gravata, eram apresentados seu nome, inscrição na OAB, o endereço do escritório, os nomes de alguns de seus clientes mais famosos na localidade e as frases: A pessoa certa para resolver seus problemas judiciais. A garantia da vitória ou seu dinheiro de volta. Aqui o cliente é quem manda. Com base no Código de Ética e Disciplina, assinale a opção correta a propósito da situação hipotética acima.

- a) É possível o anúncio dos serviços profissionais de advogados em outdoors, desde que o advogado o faça com discrição quanto ao conteúdo e a forma.
- b) O anúncio em outdoors é tipificado como imoderado e vedado pelo Código de ética e Disciplina.
- c) Não há problema na mera divulgação dos nomes dos clientes na publicidade de Júlio César, já que esta é uma forma de atrair pessoas com os mesmos tipos de problemas jurídicos.
- d) A seccional da OAB em que está inscrito Júlio César poderá abrir processo disciplinar contra ele, desde que haja representação de um de seus clientes arrolados no anúncio.

14. Assinale a assertiva incorreta segundo o Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil.

- a) A multa, aplicada cumulativamente com as penas de censura ou suspensão, pode ter seu valor arbitrado pelo Tribunal de Ética e Disciplina, dependendo das circunstâncias agravantes, em até 20 vezes o valor da anuidade.
- b) Fica impedido de exercer o mandato o profissional a quem forem aplicadas as sanções disciplinares de suspensão ou exclusão.

c) Fica impedido de exercer o mandato o profissional a quem forem aplicadas as sanções disciplinares de suspensão ou exclusão.

d) Interrompe-se a prescrição à punibilidade das infrações disciplinares, entre outros motivos, pela notificação válida feita diretamente ao representado, pela OAB, na instauração do processo disciplinar.

15. Mário, advogado, foi contratado por Túlio para patrocinar sua defesa em uma ação trabalhista. O pagamento dos honorários advocatícios ocorreu na data da assinatura do contrato de prestação de serviços. No dia da audiência, Mário não compareceu nem justificou sua ausência e, desde então, recusa-se a atender e retornar as ligações de Túlio. Com relação a essa situação hipotética, assinale a opção correta.

- a) A conduta de Mário caracteriza infração disciplinar de locupletamento à custa do cliente, cuja sanção legal é a suspensão até que a quantia seja devolvida ao cliente lesado.
- b) Mário abandonou a causa trabalhista sem motivo justo, conduta que caracteriza infração disciplinar grave, iniciando-se o processo disciplinar, necessariamente, com a representação do juiz da causa, que deve certificar o abandono.
- c) A conduta de Mário caracteriza infração disciplinar punível com suspensão, o que acarreta ao infrator a interdição do exercício profissional em todo o território nacional, pelo prazo de trinta dias a doze meses.
- d) Mário, que descumpriu compromisso profissional, manteve conduta incompatível com a advocacia, desprestigiando toda a ordem de advogados, razão pela qual pode receber a sanção de advertência.

16. Sobre o Conselho Federal da OAB, é correto afirmar que:

- a) É competente para editar e alterar o Regulamento Geral, o Código de Ética e Disciplina, e os Provimentos que julgar necessário.
- b) É competente para criar as Subseções e a Caixa de Assistência dos Advogados.
- c) É competente para decidir os pedidos de inscrição nos quadros de advogados e estagiários nas Seccionais.
- d) É competente para fixar, alterar e receber contribuições obrigatórias, preços de serviços e multas dos advogados e estagiários.

17. Analise as afirmativas e assinale a alternativa correta.

I – A inscrição principal do advogado deve ser feita no Conselho Seccional da OAB em cujo território tenha seu domicílio eleitoral.

II - No caso de mudança efetiva de domicílio eleitoral para outra unidade federativa, deve o advogado requerer a inscrição suplementar no Conselho Seccional da OAB correspondente.

III - No caso de mudança efetiva de domicílio eleitoral para outra unidade federativa, deve o advogado requerer a inscrição suplementar no Conselho Seccional da OAB correspondente.

- a) Somente as assertivas I e III estão corretas.
- b) Somente as assertivas II e III estão incorretas.
- c) Todas as alternativas estão corretas.
- d) Todas as alternativas estão incorretas.

18. Analise as afirmativas e assinale a alternativa correta.

I – Não são admitidas a registro nem podem funcionar sociedades de advogados que, entre outras limitações, realizem atividades estranhas à advocacia.

II - É proibida a inscrição de uma sociedade de advogados em que não constem, em sua razão social, os nomes de todos os sócios.

III - O advogado tem o direito de integrar o quadro societário de mais de uma sociedade de advogados na mesma área territorial do respectivo Conselho Seccional onde estejam elas registradas. Quais são as corretas de acordo com Lei no 8.906/1994?

- a) Apenas I.
- b) Apenas III.
- c) Apenas II e III.
- d) I, II e III.

Constitucional

19. "A excessiva demora do Legislativo em aprovar uma proposta de criminalização da homofobia permite que o Supremo Tribunal Federal atue por conta própria para fixar regras contra essa conduta. É o que diz o procurador-geral da República, Rodrigo Janot, em parecer enviado ao STF após processo apresentado pela Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Transgêneres (ABGLT).

Para Janot, a corte pode antecipar-se ao Congresso e utilizar o texto da Lei de Racismo a quem cometer crimes resultantes de discriminação motivada por identidade ou orientação sexual.

Segundo o procurador-geral, o preconceito contra gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais viola direitos fundamentais do cidadão e exige medida urgente. Além disso, ele disse que o Mandado de Injunção estabelecido na Constituição Federal permite o "diálogo institucional entre os poderes" e "a possibilidade de construção normativa no controle de constitucionalidade".

(Disponível: <<http://www.conjur.com.br/2014-ago-20/pgr-muda-opinioao-cabe-supremo-criminalizar-homofobia>>) (texto adaptado)

A partir do texto acima, avalie as asserções a seguir e a relação proposta entre elas.

I - De acordo com o exposto acima, A PGR entende que é possível acolher o pedido de

aplicação da Lei 7.716/1989 (Lei de Racismo) para todas as formas de homofobia e transfobia, especialmente (mas não exclusivamente), das ofensas (individuais e coletivas), dos homicídios, das agressões, ameaças e discriminações motivadas pela orientação sexual e/ou identidade de gênero, real ou suposta, da vítima, por meio da técnica de interpretação conforme a Constituição

PORQUE

II - A necessária criminalização da homofobia e da transfobia não foi deixada apenas à discricionariedade política do legislador pela Constituição da República de 1988, a qual dispôs expressamente a respeito da punição de qualquer discriminação atentatória dos direitos e liberdades fundamentais, no art. 5º, XLI, constituindo um mandado expresso de criminalização.

A respeito das asserções, assinale a opção correta.

- A) as asserções I e II são proposições verdadeiras, e a II é uma justificativa correta da I.
- B) as asserções I e II são proposições verdadeiras, mas a II não é uma justificativa correta da I.
- C) a asserção I é uma proposição verdadeira, e a II é uma proposição falsa.
- D) a asserção I é uma proposição falsa, e a II é uma proposição verdadeira.

20.



"Caso paradigmático do beco sem saída da interpretação nacionalista dos tratados ocorreu recentemente, no chamado Caso da Guerrilha do Araguaia. Pela primeira vez, um tema (superação – ou não – da anistia a agentes da ditadura militar brasileira) foi analisado pelo Supremo Tribunal e pela Corte Interamericana de Direitos Humanos.

No âmbito do STF, A ADPF n. 153 pleiteava que fosse interpretado o parágrafo único do art. 1º da lei 6.683 de 1979 conforme a Constituição de 1988, de modo a declarar, à luz de seus preceitos fundamentais, que a anistia concedida pela citada lei aos crimes políticos ou conexos não se estende aos crimes comuns praticados pelos agentes da repressão (civis ou militares) contra opositores

políticos, durante o regime militar. O STF julgou em 28 de abril de 2010 a referida Lei constitucional.

Por sua vez, em 26 de março de 2009, a Comissão Interamericana de Direitos humanos processou o Brasil perante a Corte Interamericana de Direitos Humanos (guardiã da Convenção Americana de Direitos humanos), invocando, ao seu favor, a copiosa jurisprudência daquela Corte contrária às leis de anistia e favorável ao dever de investigação, persecução e punição penal dos violadores de Direitos Humanos. Para a Comissão, o Brasil deve responder pela detenção arbitrária, tortura e desaparecimento forçado de 70 pessoas, membros do PCdoB, como resultado de operações do Exército brasileiro empreendidas entre 1972 e 1975 com o objetivo de erradicar a Guerrilha do Araguaia, no contexto da ditadura militar do Brasil. Ainda segundo a petição inicial da Comissão, o Estado deve ser responsabilizado internacionalmente por não ter realizado uma investigação penal com o objetivo de julgar e sancionar os responsáveis pelo desaparecimento forçado das vítimas. Também a Comissão considerou que os recursos judiciais de natureza civil com vistas a obter informação sobre os fatos não foram efetivos para garantir aos familiares das vítimas o acesso à informação sobre a Guerrilha do Araguaia. Por fim, a impunidade dos responsáveis e a falta de acesso à justiça, à verdade e à informação, violaram o direito à integridade psíquica dos familiares dos desaparecidos e da pessoa. Em 24 de novembro de 2010, meses após a decisão do STF, a Corte condenou o Brasil, julgando a Lei de Anistia incompatível com a Convenção Americana de Direitos Humanos. (RAMOS, A. C. Pluralidade das ordens jurídicas: uma nova perspectiva na relação entre o Direito Internacional e o Direito Constitucional. R. Fac. Dir. Univ. São Paulo, v. 106/107, jan/dez. 2011/2012) (adaptado)

A partir da charge e do texto assinale a opção correta:

A) Há um conflito insolúvel entre as decisões do STF e da Corte interamericana de Direitos Humanos no que tange à aplicabilidade da lei da anistia.

B) O aparente conflito entre as decisões do STF e da Corte interamericana de Direitos Humanos poderia ter sido solucionado de forma preventiva, por meio do Diálogo das cortes, se o STF tivesse utilizado das posições dos diversos órgãos internacionais de Direitos Humanos aos quais o Brasil já se submeteu na fundamentação de sua decisão.

C) Não se pode falar no Brasil na existência de um controle de convencionalidade de atos normativos internos em face de tratados internacionais de Direitos Humanos dos quais o Brasil é signatário.

D) Deve prevalecer, no caso, a decisão do STF, em razão da soberania nacional.

21. Acerca da ADI, da ADC e da ADPF, assinale a opção correta.

A) Omissão legislativa federal ou estadual que obste a efetividade da CF pode ser objeto de ADI, mas não o pode a omissão administrativa.

B) Podem ser objeto de ADI, entre outros, os atos normativos editados por pessoas jurídicas de direito público, sejam elas federais ou estaduais.

C) Segundo entendimento do STF, todos os legitimados para propor ADI possuem capacidade processual plena e podem subscrever a peça inicial da ação sem auxílio de advogado.

D) Declarada a constitucionalidade de lei ou ato normativo federal em ADC, nova análise contestatória da matéria só poderá ser feita mediante a decisão de dois terços dos membros do STF.

22. A respeito da ordem constitucional brasileira, assinale a opção correta.

A) Não se considera o município entidade federativa, embora se reconheça que ele dispõe de capacidade de auto-organização, autogoverno e autoadministração.

B) As formas de Estado e de governo adotadas na CF são consideradas, devido a previsão expressa, cláusulas pétreas.

C) Quanto ao modo de elaboração, a CF é uma Constituição dogmática, na medida em que se apresenta como produto escrito e sistematizado por um órgão constituinte, a partir de valores predominantes em determinado momento histórico.

D) A matéria constante de proposta de emenda constitucional rejeitada ou havida por prejudicada não pode ser novamente apresentada na mesma legislatura.

23. Com base no disposto na CF a respeito da competência dos estados-membros e dos municípios e do procedimento de intervenção federal e estadual, assinale a opção correta.

A) Cabe, em todos os casos, ao presidente da República a iniciativa de decretação de intervenção federal nos estados e no DF, competindo-lhe, ainda, formalizá-la mediante decreto.

B) A intervenção nos municípios cabe somente aos estados-membros, salvo em municípios localizados nos territórios federais, caso em que a concretização da intervenção compete ao Senado Federal.

C) A fiscalização do município compete à assembleia legislativa do respectivo estado, mediante controle externo, com o auxílio dos tribunais de contas dos estados ou do município ou dos conselhos ou tribunais de contas dos municípios, onde houver.

D) O poder de instituir regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões,

constituídas por agrupamentos de municípios limítrofes, é dos estados, que devem editar lei complementar para fazê-lo

24. Considerando os critérios de classificação das constituições assinale as afirmações a seguir:

I - Constituições promulgadas são impostas pelos governantes, elaboradas sem a participação do povo. O líder político, ou grupo instalado no poder, decreta a Constituição do país, que, em geral, possui traços autoritários. Na história Brasileira há três constituições formalmente outorgadas.

II – Constituições ditas “normativas” são as que efetivamente conformam o processo político e as relações sociais, sendo objeto de plena observância pela sociedade. As relações de poder, de fato, se desenvolvem em conformidade com as regras e os princípios fixados no texto constitucional.

III – As constituições “garantia” apenas estruturam e limitam o exercício do poder político. São constituições liberais, sintéticas, em regra, cuja função é estabelecer anteparos de proteção do indivíduo contra o poder do Estado e organizar o governo com base no compromisso com a moderação.

IV – A “rigidez” constitucional que fora proposto por James Bryce, para quem a característica específica dessas constituições “reside no fato de que estas constituições possuem uma autoridade superior à das outras leis do Estado, e podem ser alteradas através de método diferente daquele através dos quais as outras leis podem ser editadas ou revogadas”.

Com base nas afirmações, marque a alternativa correta:

- A) I e II estão corretas.
- B) I, II e III estão corretas.
- C) II, III e IV estão corretas.
- D) Todas estão corretas.

25. Com base no histórico das Constituições Brasileiras, analise as afirmações a seguir:

I - Meses antes da proclamação da independência, já estava prevista a realização de eleições para uma Assembleia Constituinte no Brasil, que havia sido convocada por meio de decreto expedido em 1822, e as eleições ocorreram em 07 de setembro e em maio de 1823. Como não era mais possível o retorno puro e simples ao absolutismo, que encontrava limites no enraizamento de algumas conquistas do liberalismo, desenhava-se uma fórmula compromissória que envolvesse a participação efetiva do monarca no exercício do poder.

II – O texto de 1981, apesar de mais analítico, era fortemente inspirado na Constituição norte-americana, da qual o jurista baiano, Ruy Barbosa, era profundo admirador.

III – A Constituição de 1946 buscou conciliar liberalismo político e democracia com o Estado Social.

Assinale a alternativa correta:

- A) Apenas a assertiva I está incorreta.
- B) Apenas as assertivas II e III estão incorretas.
- C) Apenas as assertivas II e III estão corretas.
- D) Todas as assertivas estão corretas.

Direito Civil

26. Quanto aos atos ilícitos e ao abuso de direito, assinale a opção correta:

- a) Para se caracterizar o ato ilícito, ainda que não tenha causado efetivo prejuízo, é necessária no momento da conduta, a verificação de dolo ou culpa por parte do agente.
- b) O abuso de direito caracteriza-se não pela incidência da violação formal a direito, mas pela extrapolação dos limites impostos pelo ordenamento jurídico para o seu exercício.
- c) O abuso de direito configura-se como ato ilícito e a responsabilidade dele decorrente depende de dolo ou culpa. Assim, para o reconhecimento desse ato ilícito, é imprescindível que o agente tenha a intenção de prejudicar um terceiro.
- d) É essencial a prova de que o agente tinha a intenção de prejudicar o terceiro, seja na prática do ato ilícito como na conduta abusiva.

27. A partir da compreensão dos institutos da prescrição e da decadência, marque a alternativa correta:

- a) Os variados prazos ditados pelos artigos 205 e 206 do Código Civil, por não se reportarem a direitos potestativos, são considerados, pois, como prescricionais extintivos.
- b) Os prazos considerados decadenciais do Código Civil são aplicáveis aos denominados direitos potestativos, ou seja, são direitos subjetivos que exigem do outro uma contraprestação ou um dever específico.
- c) Todo prazo considerado prescricional está ligado a uma pretensão, ou seja, ao poder que alguém tem de opor-se a uma violação sofrida, prazos estes que se encontram na parte especial do Código Civil.
- d) O magistrado não poderá, de ofício, reconhecer a prescrição de direitos, salvo aqueles não patrimoniais ou os concernentes aos absolutamente incapazes.

28. O artigo 108 do Código Civil de 2002 estabelece que: “Não dispondo a lei em contrário, a escritura pública é essencial à validade dos negócios jurídicos que visem à constituição, transferência, modificação ou renúncia de direitos reais sobre imóveis de valor superior a trinta vezes o maior salário mínimo vigente no País”.

Analise a situação abaixo:

Duas pessoas maiores e capazes celebraram um contrato de compra e venda de um imóvel avaliado em R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), documentando o ato por meio de instrumento

particular. Posteriormente, falecido o vendedor, os seus herdeiros apontaram a invalidade do ato por impropriedade da forma.

Com base no artigo transcrito acima e na situação relatada é correto afirmar que:

a) O Código Civil prestigia o princípio da conservação dos atos jurídicos, porém não previu meio de conservar negócios jurídicos eivados de nulidade absoluta.

b) Ao juiz caberá declarar de ofício a nulidade absoluta do negócio jurídico, não podendo, no caso apresentado, aproveitar a vontade válida declarada no instrumento particular a pedido do contratante interessado.

c) O negócio jurídico nulo não é suscetível de confirmação, nem convalesce pelo decurso do tempo, mas, nesse caso é possível uma nova qualificação desse negócio jurídico que seria eivado de nulidade absoluta.

d) Um acordo de vontades não pode contrariar dispositivo legal sob pena de nulidade absoluta.

29. A respeito do casamento putativo, é correto afirmar que

a) não encontra previsão legal, sendo criação da jurisprudência, para regularizar a posse do estado de casado.

b) produz todos os efeitos, embora nulo ou anulável, independentemente de boa-fé de um ou de ambos os cônjuges, tendo em vista a necessidade de segurança jurídica em matéria de casamento.

c) se não for nulo, mas apenas anulável, se contraído de boa-fé, por ambos os cônjuges, o casamento, em relação a estes como aos filhos, produz todos os efeitos até o dia da sentença anulatória.

d) embora anulável ou mesmo nulo, se contraído de boa-fé por ambos os cônjuges, o casamento, em relação a estes como aos filhos, produz todos os efeitos até o dia da sentença anulatória.

30. Florinda contratou com Casa das Pedras a entrega e instalação de pingadeiras em sua residência, ainda em construção. Para o caso de mora da empresa, as partes estipularam penalidade no valor da obrigação principal. De acordo com o Código Civil, tal penalidade

a) não é excessiva, a princípio, nem afasta o direito de Florinda exigir a entrega e instalação das pingadeiras, juntamente com a satisfação da pena cominada, que deverá ser reduzida de maneira equitativa, pelo juiz, caso se afigure desproporcional para a natureza e finalidade do negócio ou se a obrigação principal houver sido cumprida em parte.

b) é excessiva, pois supera trinta por cento da obrigação principal, devendo ser reduzida a este patamar, e afastando, caso exigida, o direito de Florinda requerer a entrega e instalação das pingadeiras.

c) não é excessiva nem pode ser reduzida de maneira equitativa, pelo juiz, mas, caso exigida, afasta o direito de Florinda requerer a entrega e instalação das pingadeiras.

d) é excessiva, pois supera trinta por cento da obrigação principal, devendo ser reduzida a este patamar, porém não afastando, caso exigida, o direito de Florinda requerer a entrega e instalação das pingadeiras.

31. A respeito dos contratos regidos pelo Código Civil, assinale a opção CORRETA.

a) Os contratos bilaterais contêm, implicitamente, em seus termos, uma cláusula resolutiva tácita a possibilitar ao contratante o desfazimento do negócio em virtude do inadimplemento absoluto da outra parte. Por esse motivo, caso uma das partes venha a descumprir a sua obrigação, o contrato se resolve de pleno direito, independentemente de interpelação judicial.

b) Quando a gestão de negócio tiver sido empreendida para evitar prejuízo iminente, a desaprovação da gestão pelo dono do negócio, desobriga-o de cumprir as obrigações contraídas em seu nome, bem como de reembolsar o gestor pelas despesas realizadas, cabendo, nesse caso, a responsabilidade do gestor pelos danos causados ao dono do negócio.

c) Apenas as coisas móveis que estejam no comércio podem ser objeto de contrato estimatório. Nesse contrato, o consignatário assume a obrigação de pagar o preço estimado. Facultando-lhe, porém, no prazo assinalado, a restituição da coisa consignada. A restituição é direito subjetivo do consignatário, não podendo o consignante impedi-la ou limitá-la, pois violaria a natureza do negócio.

d) A doação com cláusula de reversão é aquela em que, se o doador sobrevive ao donatário, o patrimônio retorna ao doador. Podendo essa cláusula de reversão ser estipulada em favor de terceiros, ou seja, o doador pode prever que, caso ele faleça, a doação será revertida a pessoa diversa do doador.

32. Em relação a sucessão em geral, analise as afirmações seguintes.

I - O princípio da saisine nos informa que aberta a sucessão, a herança transmite-se, desde logo, aos herdeiros legítimos e testamentários, independentemente de saberem ou não que o autor da sucessão tenha falecido.

II - O herdeiro sucede a título universal e o legatário a título singular. A sucessão a título singular tanto pode ocorrer na sucessão legítima como na testamentária.

III - A cessão de direitos hereditários é um negócio jurídico translativo inter vivos porque só pode ser celebrado depois da abertura da sucessão e por não ser admitido em nosso direito o pacto sucessório.

IV - A aceitação é um ato jurídico unilateral não receptício porque se aperfeiçoa com uma única manifestação de vontade e não depende de ser comunicado a outrem para que produza seus efeitos.

- a) Corretos apenas os itens I, II e III.
- b) Corretos apenas os itens I, II e IV.
- c) Corretos apenas os itens I, III e IV.
- d) Corretos apenas os itens II, III e IV.

Administrativo

33. Marque a alternativa Correta:

- a) O princípio da legalidade, no âmbito exclusivo da Administração Pública, significa que esta - ao contrário do particular, que pode fazer tudo que não seja proibido em lei - só poderá agir segundo a discricionariedade da autoridade competente.
- b) Segundo a doutrina, atos administrativos são manifestações da Administração Pública extraídas no âmbito das relações jurídicas de direito público. Existem diversas formas de extinção desses atos, estejam ou não evitados de vício. Dentre elas, destacam-se: a) anulação: quando o ato estiver viciado, como, por exemplo, a nomeação de um parente em autarquia, sem aprovação em concurso público; b) revogação: quando se faz desnecessária a existência do ato no ordenamento jurídico, sem que haja vício em sua formação, como, por exemplo, a revogação de uma autorização concedida a um particular que utilizava espaço público para comercializar produtos (feira).
- c) O princípio da segurança jurídica permite que o reconhecimento da ilegitimidade de um ato administrativo possa gerar efeitos ex tunc e não ex nunc, como é a regra.
- d) A legalidade, como princípio básico da Administração Pública, especificamente, consiste mais em que, a autoridade administrativa só pode praticar atos, quando indicada sua fundamentação.

34. Léon Duguit, ao afirmar que o Estado não passa de um conjunto de serviços públicos, entende essa atividade em sentido amplo envolvendo toda a estrutura do Estado. Assim, como atividade a expressão serviço público corresponde ao exercício de qualquer das atribuições do Poder Público, distinguindo-se pela natureza da função em legislativa, administrativa ou judicial. Já Gaston Jèze se refere ao serviço público em sentido restrito, como atividade ou como organização. Esta corresponde à estrutura do Estado relativa ao exercício das atividades de ordem material, para a satisfação das necessidades públicas e realização final do Direito, com poderes exorbitantes do Direito comum. Acerca da evolução do conceito de direito Administrativo, marque a alternativa correta:

- a) A escola do serviço público inspirou-se na jurisprudência do conselho de Estado Francês, a partir do caso Blanco, em 1873.

b) Segundo a teoria do poder executivo, o direito administrativo não se esgota nos atos praticados pelo Poder executivo.

c) O critério das atividades jurídicas e sociais do Estado refere-se ao conjunto de normas que regem as relações entre Administração e administrado, sendo considerado, hoje, suficiente para definir o Direito Administrativo.

d) O critério teleológico representa um conjunto de normas que norteiam a relação do Estado com seus agentes.

35. Determinado município da federação brasileira, visando dar cumprimento a sua estratégia organizacional, implantou o programa denominado Administração Transparente. Uma das ações do referido programa consistiu na divulgação da remuneração bruta mensal, com o respectivo nome de cada servidor da municipalidade em sítio eletrônico da internet.

A partir da leitura do caso concreto acima narrado, assinale a opção que melhor exprima a posição do Supremo Tribunal Federal – STF acerca do tema.

- a) A atuação do município encontra-se em consonância com o princípio da publicidade administrativa.
- b) A atuação do município viola a segurança dos servidores.
- c) A atuação do município fere a intimidade dos servidores.
- d) A remuneração bruta mensal não é um dado diretamente ligado à função pública.

36. Entre os setores do Estado, destaca-se o denominado terceiro setor – conceito surgido com a reforma do Estado brasileiro –, que compreende os serviços não exclusivos do Estado e abrange a atuação simultânea do Estado com outras organizações privadas e não estatais, como as organizações sociais (OSs) e as organizações da sociedade civil de interesse público (OSCIPs). Considerando as semelhanças e as diferenças entre essas duas entidades paraestatais, assinale a opção correta.

- a) O poder público deve celebrar contrato de gestão com a OSCIP.
- b) As OSs são regidas pela Lei nº 9.790/1999.
- c) As OSCIPs são regidas pela Lei nº 9.637/1998.
- d) Nem a OS nem a OSCIP podem ter fim lucrativo ou econômico.

37. Um agente fiscal de determinado órgão da Administração Pública deparou-se com a venda de produtos aparentemente impróprios ao consumo e que causam risco à vida e à saúde das pessoas. A empresa responsável foi autuada por prática irregular e os produtos tidos como impróprios foram imediatamente apreendidos. Partindo do pressuposto de que a atividade fiscalizatória levada a efeito se desenvolveu de maneira regular sob todos os aspectos, assinale a assertiva CORRETA.

- a) A apreensão dos produtos, nesse caso, deriva do poder de polícia administrativo.
- b) A apreensão dos produtos foi possível graças ao poder hierárquico inerente à Administração e que decorre do princípio da supremacia do interesse público.
- c) A apreensão dos produtos foi possível graças aos poderes normativo e regulador exercidos pelo agente fiscal na ocasião.
- d) A apreensão dos produtos, nesse caso, é derivada da intervenção do Estado sobre a propriedade e bens particulares em razão da inobservância de sua função social.

38. Sabe-se que os poderes administrativos são instrumentos que permitem à Administração cumprir suas finalidades. Segundo o Prof. José dos Santos Carvalho Filho, podemos conceituá-los como “o conjunto de prerrogativas de direito público que a ordem jurídica confere aos agentes administrativos para o fim de permitir que o Estado alcance seus fins”. Sobre os poderes administrativos, assinale a alternativa correta.

- a) No poder discricionário, a Administração dispõe de uma razoável liberdade de atuação, podendo valorar a oportunidade e conveniência da prática do ato, estabelecendo o motivo e escolhendo, dentro dos limites, seu conteúdo. O ato discricionário ilegal poderá ser anulado pela própria Administração ou até mesmo no âmbito do Poder Judiciário. Segundo a maioria da doutrina, o Poder Judiciário poderá reapreciar o mérito administrativo do ato, exigindo-se, para tanto, fundamentação da decisão judicial.
- b) O poder de polícia é a faculdade de que dispõe a Administração Pública para condicionar e restringir o uso e o gozo de bens, atividades e direitos individuais, em benefício da coletividade ou do próprio Estado. Recente decisão do STF estabelece que o exercício do Poder de Polícia não poderá sofrer qualquer espécie de controle por parte do Judiciário. A decisão do pretório excelso foi fundamentada no sentido de que o referido controle pelo judiciário causaria um descrédito da Administração junto aos seus administrados.
- c) Segundo a doutrina tradicional, o poder hierárquico é aquele em que o agente fica inteiramente restrito ao enunciado da lei, que, de resto, estabelece o único comportamento a ser adotado em situações concretas, não deixando nenhuma margem de liberdade para uma apreciação subjetiva pelo administrador.
- d) É correto afirmar que os institutos de delegação e o de avocação decorrem do chamado poder hierárquico. Outro fruto deste poder é a possibilidade de a Administração emanar atos, disciplinando a atuação e o funcionamento de órgãos inferiores.

Penal

39. Se da lesão corporal dolosa resulta morte e as circunstâncias evidenciam que o agente não quis o resultado morte, nem assumiu o risco de produzi-lo, configura(m)-se:
- a) lesão culposa e homicídio culposo, cujas penas serão aplicadas cumulativamente.
- b) lesão corporal seguida de morte.
- c) homicídio culposo qualificado pela lesão.
- d) homicídio doloso (dolo eventual).

40. Determinado sujeito, que acabara de se desiludir amorosamente, decide matar sua até então namorada. Toma emprestado o automóvel de seu vizinho e, durante o trajeto, por descuido, abalroa gravemente um outro veículo, causando sério prejuízo material. Mas, faltando-lhe coragem para consumir o homicídio, estaciona próximo a um bar, às portas da casa de sua ex-namorada e intencionalmente se embriaga, a fim de ganhar valentia para executar seu plano. Abandona o veículo, vai a pé até a casa da ex-namorada e, mediante asfixia, tira-lhe a vida. À luz do Direito Penal, o sujeito cometeu.

- a) dano e homicídio duplamente majorado, pela embriaguez dolosa e asfixia.
- b) homicídio qualificado pela asfixia.
- c) homicídio qualificado pela asfixia e agravado pela embriaguez pré-ordenada.
- d) dano e homicídio qualificado pela asfixia, em concurso material.

41. Analise as afirmações abaixo e escolha a resposta correta:

- I - Furto de uso não constitui crime por falta de atipicidade formal da conduta.
- II - No furto mediante fraude, a fraude visa permitir que a vítima incida em erro e, por isso, despoje voluntariamente de seu bem entregando seu bem ao autor do crime.
- III - No furto qualificado pelo abuso de confiança, o sujeito não tem a posse do objeto material, que continua na esfera de proteção de seu dono depois da consumação do crime.
- a) As afirmações I e II estão corretas.
- b) As afirmações II e III estão corretas.
- c) Apenas a afirmação I está correta.
- d) Todas as afirmações estão corretas.

42. Assinale a alternativa correta:

- I - Funcionário público que se apropria de dinheiro ou valor público de que tem posse em razão do cargo comete o crime de corrupção ativa
- II - Funcionário público que desvia dinheiro ou valor público de que tem posse em razão do cargo comete o crime de peculato.
- III - Funcionário público que exige vantagem indevida para si ou para outrem comete o crime de corrupção passiva.
- IV - Funcionário público que solicita vantagem indevida para si ou para outrem comete o crime de corrupção ativa

- a) A assertiva I está correta e a III está errada
- b) A assertiva II está correta e a III está errada
- c) A assertiva IV está correta e a II está errada
- d) A assertiva II está correta e a I está errada

43. Assinale a alternativa correta

I - Comete prevaricação o funcionário público que, em consequência de vantagem ou promessa, deixa de praticar ato de ofício ou o pratica infringindo dever funcional.

II - O crime de concussão admite tentativa, como, por exemplo, na hipótese de carta interceptada.

III - Exige-se o efetivo recebimento da vantagem indevida, para que o crime de corrupção passiva se consuma.

IV - O peculato classifica-se como crime plurissubsistente.

- a) As assertivas II e a III estão erradas
- b) A assertiva IV está correta e a I está errada
- c) As assertivas III e IV estão corretas
- d) A assertiva IV está correta e a III está errada

44. Cláudio, agente fiscal de rendas, constatou sonegação de impostos por parte da empresa Alpha. No entanto, deixou de autuá-la, retardando a prática do ato de ofício, por ser amigo do sócio administrador da empresa. Porém, outro fiscal, sabendo do ocorrido, foi até a empresa e lavrou o auto de infração. Nesse caso, Cláudio

- a) responderá por corrupção ativa.
- b) responderá por prevaricação na forma tentada.
- c) responderá por prevaricação na forma consumada.
- d) não responderá por delito algum, por ter sido o auto de infração lavrado por seu colega de função.

Tributário

45. Considerando os princípios constitucionais tributários, que estruturam o sistema tributário e servem de orientação para a interpretação e a aplicação das regras específicas do direito tributário, assinale a opção correta.

- a) Em virtude da natureza da relação entre o Estado e o contribuinte, o poder de tributar é absoluto.
- b) Um dos vetores na relação entre fisco e contribuinte, o princípio da legalidade não limita os governantes na atividade de tributação.
- c) O poder de instituir tributos é ato unilateral e discricionário do Estado e impõe ao destinatário do tributo que aceite a invasão patrimonial.
- d) Os princípios constitucionais tributários são expressão da soberania estatal e traduzem-se em limitações ao poder de tributar, o que não impede que o Estado exija dos indivíduos, por atividade vinculada, parcela do seu patrimônio.

46. A regra da anterioridade, que veda cobrar tributos no mesmo exercício financeiro em que

haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou, não se aplica:

- a) aos impostos de importação e exportação.
- b) ao IR.
- c) ao ITR.
- d) às contribuições sociais.

47. Avalie as asserções a seguir e a relação proposta entre elas:

I. Caso determinado município venha a somente atualizar o valor monetário da base de cálculo do IPTU, poderá fazê-lo mediante decreto.

PORQUE

II. A legalidade exige que os entes federativos criem ou aumentem seus tributos mediante lei, haja vista que esta é o instrumento pelo qual a sociedade, devidamente representada nas casas legislativas, consentirá com a criação, ou majoração, da exação tributária.

A respeito dessas asserções, assinale a opção correta.

- a) As asserções I e II são proposições verdadeiras, e a II é uma justificativa da I.
- b) As asserções I e II são proposições verdadeiras, mas a II não é uma justificativa da I.
- c) A asserção I é uma proposição verdadeira, e a II é uma proposição falsa.
- d. A asserção I é uma proposição falsa, e a II é uma proposição verdadeira

48. É sujeito passivo responsável pelo IPVA:

- a) o alienante do veículo, solidariamente, pelo imposto relativo a exercício posterior à venda do mesmo, no caso de não comunicar a transferência da propriedade do veículo ao órgão de trânsito.
- b) o adquirente do veículo, solidariamente, pelo imposto anteriormente devido e não pago, ou quando não comunicar a transferência.
- c) qualquer pessoa, subsidiariamente, que concorrer com atos ou omissões para o não pagamento do imposto.
- d) o adquirente do veículo por via de arrematação em hasta pública, subsidiariamente, pelo imposto anteriormente devido e não pago.

Processo Civil

49. São títulos executivos extrajudiciais

- a) a decisão homologatória de autocomposição extrajudicial de qualquer natureza;
- b) o crédito de auxiliar da justiça quando tiverem sido aprovados por decisão judicial
- c) o instrumento de transação referendado pelo Ministério Público
- d) a escritura pública, prescindida a assinatura do devedor.

50. Havendo revelia, e produzindo ela os seus efeitos materiais, o Magistrado poderá dispensar a

fase instrutória, e julgar antecipadamente o objeto do processo

PORQUE

Sendo o réu revel, presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas pelo autor.

Esta questão contém duas afirmações. Assinale a alternativa correta de acordo com a seguinte chave:

- A) as duas afirmações são verdadeiras e a segunda justifica a primeira.
- B) as duas afirmações são verdadeiras e a segunda não justifica a primeira.
- C) a primeira afirmação é verdadeira e a segunda é falsa.
- D) a primeira afirmação é falsa e segunda é verdadeira.

51. O Juiz deverá decidir pela redistribuição dinâmica do ônus da prova na decisão de organização do processo

PORQUE

A inversão do ônus da prova foi acolhida pelo Novo CPC como regra de instrução, em atenção ao princípio do contraditório.

Esta questão contém duas afirmações. Assinale a alternativa correta de acordo com a seguinte chave:

- A) as duas afirmações são verdadeiras e a segunda justifica a primeira.
- B) as duas afirmações são verdadeiras e a segunda não justifica a primeira.
- C) a primeira afirmação é verdadeira e a segunda é falsa.
- D) a primeira afirmação é falsa e segunda é verdadeira.

52. Assinale a alternativa correta:

- a) Da decisão do relator que não conhecer de recurso inadmissível, prejudicado ou que não tenha impugnado especificamente os fundamentos da decisão recorrida caberá agravo de instrumento.
- b) Quando manifestamente protelatórios os embargos de declaração, o juiz ou o tribunal, em decisão fundamentada, condenará o embargante a pagar ao embargado multa não excedente a dois por cento sobre o valor atualizado da causa e a interposição de qualquer recurso ficará condicionada ao depósito prévio do valor da multa.
- c) Será julgado pelo STJ em recurso ordinário os processos em que forem partes, de um lado, Estado estrangeiro ou organismo internacional e, de outro, Município ou pessoa residente ou domiciliada no País, independente do provimento ou não do pedido.
- d) O agravo interno será dirigido diretamente ao tribunal e será instruído, obrigatoriamente, com cópias da petição inicial, da contestação, da petição que ensejou a decisão agravada, da própria decisão agravada, da certidão da

respectiva intimação ou outro documento oficial que comprove a tempestividade e das procurações outorgadas aos advogados do agravante e do agravado.

53. Assinale a alternativa correta:

- a) O recurso adesivo fica subordinado ao recurso independente, sendo-lhe aplicáveis as mesmas regras deste quanto aos requisitos de admissibilidade e julgamento no tribunal.
- b) Em razão do princípio da dialeticidade, em se tratando de dúvida relevante e não grosseira sobre qual recurso interpor, um poderá ser recebido pelo outro.
- c) Considera-se real o prequestionamento do novo CPC que considera incluídos no acórdão os elementos que o embargante suscitou, independente da inadmissão ou rejeição destes.
- d) Aplicam-se ao recurso ordinário as mesmas regras da apelação quanto aos efeitos, prazo e juízo de admissibilidade.

54. Assinale a alternativa correta

- a) Da decisão monocrática do relator que negue seguimento a recurso manifestamente inadmissível não se admite novo recurso, cabendo à parte a eventual impetração de mandado de segurança para assegurar o julgamento colegiado da matéria.
- b) No recurso ordinário não existe fundamentação vinculada, admitindo-se ao recorrente a alegação de qualquer matéria desde que respeite os limites objetivos da demanda
- c) No recurso ordinário interposto diretamente ao STF e ao STJ, se faz necessário a comprovação do prequestionamento da matéria aduzida no recurso.
- d) Se o pedido ou a defesa possuírem mais de um fundamento e o juiz acolher apenas um deles, a apelação não poderá devolver ao tribunal o conhecimento dos demais.

Internacional

55. Tratados são, por excelência, normas de direito internacional público. No modelo jurídico brasileiro, como nas demais democracias modernas, tratados passam a integrar o direito interno estatal, após a verificação de seu iter de incorporação. A respeito dessa temática, assinale a opção correta, de acordo com o ordenamento jurídico brasileiro.

- a) Uma vez ratificados pelo Congresso Nacional, os tratados passam, de imediato, a compor o direito brasileiro.
- b) Após firmados, os tratados passam a gerar obrigações imediatas, não podendo os Estados se eximir de suas responsabilidades por razões de direito interno.
- c) Uma vez firmados, os tratados relativos ao MERCOSUL, ainda que criem compromissos gravosos à União, são automaticamente

incorporados visto que são aprovados por parlamento comunitário.

d) Aprovados por decreto legislativo no Congresso Nacional, os tratados podem ser promulgados pelo presidente da República.

56. No Brasil existem diversos acórdãos consagrando o primado do DI [Direito Internacional], como é o caso da União Federal v. Cia. Rádio Internacional do Brasil (1951) em que o Supremo Tribunal Federal decidiu unanimemente que um tratado revogava as leis anteriores (Apelação Cível no 9.587). (...). Entretanto, houve no Brasil um verdadeiro retrocesso no Recurso Extraordinário no 80.004, decidido em 1978, em que o STF decidiu que uma lei revoga tratado anterior. Esta decisão viola também a convenção de Viena sobre direito dos tratados (1969) que não admite o término de tratado por mudança de direito superveniente. (MELLO, Celso D. de Albuquerque. Direito Constitucional Internacional. 2. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2000. p. 366).

Os acórdãos citados no texto são, respectivamente, compatíveis com as teorias:

- a) monista com primazia do direito internacional e monista com primazia do direito interno.
- b) monista com primazia do direito interno e dualista extremada.
- c) monista com primazia do direito internacional e dualista extremada.
- d) dualista extremada e dualista moderada.

Consumidor

57. O Mercado A comercializa o produto desinfetante Beta, fabricado por "Beta Mundial". O proprietário do Mercado B, que adquiriu tal produto para uso na higienização das partes comuns das suas instalações, verifica que o volume contido no frasco está em desacordo com as informações do rótulo do produto. Em razão disso, o Mercado B propõe ação judicial em face do Mercado A, invocando o Código de Defesa do

Consumidor, arguindo vícios decorrentes de tal disparidade. O Mercado A, em defesa, apontou que se tratava de responsabilidade do fabricante e requereu a extinção do processo.

A respeito do caso sugerido, assinale a alternativa correta:

- a) O processo merece ser extinto por ilegitimidade passiva.
- b) O caso versa sobre fato do produto, logo a responsabilidade do réu é subsidiária.
- c) O processo deve ser extinto, pois o autor não se enquadra na condição de consumidor.
- d) Trata-se de vício do produto, logo o réu e o fabricante são solidariamente responsáveis.

58. No que se refere ao campo de aplicação do Código de Defesa do Consumidor (CDC), assinale a opção correta.

- a) O conceito de serviço engloba qualquer atividade oferecida no mercado de consumo, mediante remuneração, salvo as decorrentes das relações de caráter trabalhista.
- b) O conceito de consumidor restringe-se às pessoas físicas que adquirem produtos como destinatárias finais da comercialização de bens no mercado de consumo.
- c) O conceito de fornecedor envolve o fabricante, o construtor, o produtor, o importador e o comerciante, os quais responderão solidariamente sempre que ocorrer dano indenizável ao consumidor.
- d) O conceito de produto é definido como o conjunto de bens corpóreos, móveis ou imóveis, que sejam oferecidos pelos fornecedores para consumo pelos adquirentes.

Processo do Trabalho

59. José é empregado da sociedade empresária Bicletas Ltda. Necessitando de dinheiro, ele vendeu seu automóvel para seu patrão, sócio da sociedade empresária. Para sua surpresa, foi dispensado imotivadamente 4 meses depois. Para garantir o pagamento de horas extras trabalhadas e não pagas, Jonas ajuizou ação trabalhista contra a sociedade empresária Bicletas Ltda. A defesa da ré aduziu que não devia nenhuma hora extra a Jonas, pois o automóvel vendido ao sócio da ré apresentou defeito no motor, o que gerou prejuízo enorme para ele, razão pela qual tudo deveria ser compensado.

Diante disso, assinale a afirmativa correta.

- A) Descabe a condenação em horas extras, dado o prejuízo causado, tendo em vista a vedação ao enriquecimento sem causa.
- B) Descabe a arguição de compensação de qualquer natureza na Justiça do Trabalho, pois contrária ao princípio de proteção ao hipossuficiente.
- C) Descabe a compensação, porque a dívida imputada a José não é trabalhista, devidas assim as horas extras na integralidade.
- D) Cabe a compensação, desde que arguída em ação própria.

60. A papelaria Monte Fino Ltda. foi condenada numa reclamação trabalhista movida pelo ex-empregado Sérgio Silva. Uma das parcelas reivindicadas e deferidas foi o 13º salário, que a sociedade empresária insistia haver pago, mas não tinha o recibo em mãos porque houve um assalto na sociedade empresária, quando os bandidos levaram o cofre, as matérias primas e todos os arquivos com a contabilidade e os documentos da sociedade empresária. Recuperados os arquivos pela polícia, agora, no momento do recurso, a Monte Fino Ltda. pretende juntar o recibo provando

o pagamento, inclusive porque a sentença nada mencionou acerca da possível dedução de valores pagos sob o mesmo título.

De acordo com o caso apresentado e o entendimento jurisprudencial consolidado, assinale a afirmativa correta.

A) É possível a juntada do documento no caso concreto, porque provado o justo impedimento para sua oportuna apresentação.

B) O momento de apresentação da prova documental já se esgotou, não sendo possível fazê-lo em sede de recurso.

C) Pelo princípio da primazia da realidade, qualquer documento pode ser apresentado com sucesso em qualquer grau de jurisdição, inclusive na fase de execução, independentemente de justificativa.

D) Há preclusão, e o juiz não pode aceitar a produção da prova em razão do princípio da proteção, pois isso diminuiria a condenação.

61. No bojo de uma execução trabalhista, a sociedade empresária executada apresentou uma exceção de pré-executividade, alegando não ter sido citada para a fase de conhecimento. Em razão disso, requereu a nulidade de todo o processo, desde a citação inicial. O juiz conferiu vista à parte contrária para manifestação e, em seguida, determinou a conclusão dos autos. Após analisar as razões da parte e as provas produzidas, convenceu-se de que a alegação da sociedade empresária era correta e, assim, anulou todo o feito desde o início.

Diante desse quadro, assinale a afirmativa correta.

A) Contra essa decisão caberá agravo de petição.

B) Trata-se de decisão interlocutória e, portanto, não passível de recurso imediato.

C) Caberá a interposição de recurso ordinário.

D) Caberá a interposição de agravo de instrumento.

62. Antônio é assistente administrativo na sociedade empresária Setler Conservação Ltda., que presta serviços terceirizados à União. Ele está com o seu contrato em vigor, mas não recebeu o ticket refeição dos últimos doze meses, o que alcança o valor de R\$ 2.400,00 (R\$ 200,00 em cada mês). Em razão dessa irregularidade, estimulada pela ausência de fiscalização por parte da União, Antônio pretende cobrar o reclame trabalhista contra a empregadora e o tomador dos serviços, objetivando garantir deste a responsabilidade subsidiária, na forma da Súmula 331 do TST.

Diante da hipótese, assinale a afirmativa correta.

A) A ação deverá seguir o procedimento ordinário, vez que há litisconsórcio passivo, sendo, em razão disso, obrigatório o rito comum.

B) A ação deverá seguir o procedimento sumaríssimo, uma vez que o valor do pedido é inferior a 40 salários mínimos.

C) A ação tramitará pelo rito ordinário porque um dos réus é ente público.

D) O autor poderá optar pelo procedimento que lhe seja mais vantajoso.

63. Julgado dissídio coletivo entre uma categoria profissional e a patronal, em que foram concedidas algumas vantagens econômicas à categoria dos empregados, estas não foram cumpridas de imediato pela empresa Alfa Ltda. Diante disso, o sindicato profissional decidiu ajuizar ação de cumprimento em face da empresa.

Sobre o caso apresentado, assinale a afirmativa correta.

A) Deverá aguardar o trânsito em julgado da decisão, para ajuizar a referida ação.

B) Poderá ajuizar a ação, pois o trânsito em julgado da sentença normativa é dispensável.

C) Não juntada a certidão de trânsito em julgado da sentença normativa, o feito será extinto sem resolução de mérito.

D) Incabível a ação de cumprimento, no caso

Trabalho

64. Paulo é operador de máquinas de uma montadora de automóveis. Seu horário de trabalho é das 7:00 às 16:00, dispondo de uma hora de intervalo. O aparelho para registro do ponto eletrônico fica situado ao lado da máquina operada por Paulo e os controles são marcados no início e no fim da efetiva jornada de trabalho. Paulo diariamente chega ao trabalho às 6:15, horário em que sai da condução que o deixa na porta da empresa. Porém, tem que caminhar por cerca de trinta minutos até o local de início efetivo do trabalho. Insatisfeito, Paulo decidiu mover uma reclamação trabalhista em face de seu empregador.

Considerando o caso acima, assinale a afirmativa correta.

A) Paulo não tem direito às horas extras, pois não havia excesso de jornada.

B) Tendo havido extrapolação de 5 (cinco) minutos no tempo de deslocamento entre o portão e o local de trabalho, Paulo faz jus a 10 (dez) minutos extras no início e no fim da jornada.

C) Paulo tem direito às horas extras (minutos) no início e no fim da jornada, dada a distância entre o portão da empresa e o local de trabalho, que supera 10 (dez) minutos de deslocamento.

D) Paulo tem direito às horas extras registradas em seu cartão de ponto.

65. Hugo, José e Luiz são colegas de trabalho na mesma empresa. Hugo trabalha diretamente com o transporte de material inflamável, de modo permanente, nas dependências da empresa. José faz a rendição de Hugo durante o intervalo para alimentação e, no restante do tempo, exerce a função de teleoperador. Luiz também exerce a

função de teleoperador. Acontece que, no intervalo para a alimentação, Luiz pega carona com José no transporte de inflamáveis, cujo trajeto dura cerca de dois minutos. Diante dessa situação, assinale a afirmativa correta.

A) Como Hugo, José e Luiz têm contato com inflamáveis, os três têm direito ao adicional de periculosidade.

B) Apenas Hugo, que lida diretamente com os inflamáveis em toda a jornada, tem direito ao adicional de periculosidade.

C) Hugo faz jus ao adicional de periculosidade integral; José, ao proporcional ao tempo de exposição ao inflamável; e Luiz não tem direito ao adicional, sendo certo que a empresa não exerce qualquer atividade na área de eletricidade.

D) Hugo e José têm direito ao adicional de periculosidade. Luiz não faz jus ao direito respectivo.

66. João trabalha na área de vendas em uma empresa Recebe do empregador, em razão do seu cargo, moradia e pagamento da conta de luz do apartamento, além de ter veículo cedido com combustível. Tal se dá em razão da necessidade do trabalho, dado que João trabalha em local distante de grande centro, sendo responsável pela distribuição e venda dos produtos na região. Além disso, João recebe uma quota mensal de 10 pacotes de cigarro por mês, independentemente de sua remuneração, não sendo necessário prestar contas do que faz com os cigarros. A partir do caso narrado, assinale a afirmativa correta.

A) Os valores relativos à habitação, à energia elétrica e ao veículo integram a remuneração de João, por serem salário-utilidade, mas não o cigarro, por ser nocivo à saúde.

B) Os valores de habitação e veículo integram a remuneração de João. A energia elétrica e o combustível, não, pois já incorporados, respectivamente, na habitação e no veículo. O valor do cigarro não é integrado, face à nocividade à saúde.

C) Nenhum dos valores da utilidade integram a remuneração de João.

D) Tratando-se de salário in natura, todos os valores integram a remuneração de João, pois são dados com a ideia de contraprestação aos serviços.

67. A respeito das férias, julgue os itens a seguir:

I – Muito embora as férias sejam concedidas por ato do empregador, que deverá escolher o período de férias de cada empregado (como manifestação do jus variandi), em dois casos, o empregado terá direito de usufruir do período de férias em época específica. É o caso do trabalhador menor, cujas férias deverão coincidir com as férias escolares, e dos membros da mesma família que prestem serviço ao mesmo empregador que, caso queiram e não haja prejuízo ao serviço, podem tirar férias juntos.

II – Sempre que as férias forem concedidas após o período de gozo, o empregador pagará em dobro a respectiva remuneração, conforme entendimento consolidado no Tribunal Superior do Trabalho.

III – Conforme entendimento consolidado no TST, não será devido o pagamento em dobro da remuneração de férias, incluído o terço constitucional, com base no art. 137 da CLT, quando, ainda que gozadas na época própria, o empregador tenha descumprido o prazo previsto no art. 145 do mesmo diploma legal.

IV – A garantia do direito a férias anuais remuneradas atende a finalidades fisiológicas (permitindo a recuperação física do trabalhador), econômicas (o trabalhador descansado tende a ser mais produtivo), culturais, políticas e sociais.

É correto apenas o que se afirma em:

a) I e III

b) I, II e III

c) I, II e IV

d) I, III e IV;

68. Leia o texto abaixo:

“Adesão ao plano de demissão voluntária da TAM supera 50%

A empresa aérea considerou o índice de adesão alto e ressaltou que isso lhe permite reduzir os desligamentos compulsórios.

São Paulo – A TAM, empresa aérea do grupo Latam Airlines, disse que seu programa de reestruturação de adesão voluntária teve adesão de mais de 50 por cento dos tripulantes envolvidos. A empresa havia adotado o programa formado por licença não-remunerada e desligamento voluntário de funcionários para cortar 811 postos de trabalho em meio à redução da oferta de voos no Brasil, para fazer frente ao aumento de custos.

O programa de adesão voluntária foi acordado entre a empresa e o Sindicato Nacional dos Aeronautas (SNA) em 1º de agosto.

Em nota enviada à imprensa, a TAM considerou o índice de adesão alto e ressaltou que isso lhe permite reduzir os desligamentos compulsórios.

“Com o ajuste, a companhia vai adequar o quadro de comandantes, copilotos e comissários à realidade operacional em vigor na empresa - funcionários de outras áreas não foram afetados. A companhia convive com alta significativa dos custos, o que a levou a reduzir a oferta, no acumulado de 2011 até agora, em 12 por cento no mercado doméstico”, afirmou a TAM no comunicado.”

Fonte: EXAME. Disponível em: <<http://exame.abril.com.br/negocios/noticias/adesao-ao-plano-de-demissao-voluntaria-da-tam-supera-50>>

Considerando os princípios que orientam o Direito do Trabalho e a jurisprudência consolidada do Tribunal Superior do Trabalho, julgue os itens a seguir:

I – O TST não reconhece nenhum efeito jurídico ao plano de demissão voluntária, já que inadmissível qualquer a disposição, ainda que por meio de transação, de direitos trabalhistas;

II – A transação extrajudicial que importa rescisão do contrato de trabalho ante a adesão do empregado a plano de demissão voluntária implica quitação exclusivamente das parcelas e valores constantes do recibo;

III - Os créditos tipicamente trabalhistas reconhecidos em juízo não são suscetíveis de compensação com a indenização paga em decorrência de adesão do trabalhador a Programa de Incentivo à Demissão Voluntária (PDV);

É correto apenas o que se afirma em

- A) I.
- B) II.
- C) II e III.
- D) I e II.

69. Jonas é empregado da sociedade empresária Ômega. Entendendo seu empregador por romper seu contrato de trabalho, optou por promover sua imediata demissão, com pagamento do aviso prévio na forma indenizada. Transcorridos 10 dias de pagamento das verbas rescisórias, Jonas se candidatou a dirigente do sindicato da sua categoria e foi eleito presidente na mesma data.

Sobre a hipótese apresentada, de acordo com o entendimento consolidado do TST, assinale a afirmativa correta.

- A) Jonas poderá ser desligado ao término do aviso prévio, pois não possui garantia no emprego.
- B) Jonas tem garantia no emprego por determinação legal, porque, pelo fato superveniente, o aviso prévio perde seu efeito.
- C) Jonas passou a ser portador de garantia no emprego, não podendo ter o contrato rompido.
- D) Jonas somente poderá ser dispensado se houver concordância do sindicato de classe obreiro.

Empresarial

70. Assinale a alternativa que indicam quais dos títulos de créditos abaixo admitem aceite

- A) Cheque e Nota de Crédito Comercial.
- B) Cheque e Nota Promissória.
- C) Duplicata e Letra de Câmbio.
- D) Nota Promissória e Cédula de Crédito Comercial.

71. A recuperação judicial tem seu rito próprio, sendo assim responda a alternativa correta.

- a) Aprovado o Plano de Recuperação Judicial o juiz fará publicar Edital com o plano, abrindo prazo de 30 dias para os credores apresentarem objeções ao plano.
- b) Não havendo objeções o juiz fará publicar novamente o plano de recuperação judicial.

c) O juiz publica o Edital com o plano de recuperação para que a Assembleia de Credores possa deferir a Recuperação Judicial.

d) O prazo para cumprimento da Recuperação judicial é de dois anos.

72. As micro e pequenas empresas representam a maior parte das empresas no Brasil, recebendo tratamento especial no ordenamento jurídico. A Lei nº 11.101/2005, atento às benesses concedidas, estabeleceu um procedimento especial de recuperação judicial para essas pessoas jurídicas de natureza empresarial. Diante dessa afirmação responda a proposição correta.

- a) A petição inicial deverá conter além de outros requisitos a relação nominal completa dos credores, relação integral dos empregados, certidão de regularidade do devedor no Registro Público de Empresas.
- b) Todos os tipos de crédito estão sujeitos à recuperação judicial especial.
- c) A opção pela recuperação judicial especial acarreta como consequência a suspensão de todas as ações judiciais indistintamente.
- d) Em nenhuma hipótese haverá conversão de falência.

73. Sobre administração da Sociedade Anônima, responda a alternativa incorreta.

- A) A administração de uma companhia será exercida por um conselho de administração ou por uma diretoria, conforme disposto no estatuto.
- B) Para compor o Conselho de Administração é necessário que tenha capacidade civil para o exercício da atividade de administrador, podendo ser ou não acionista.
- C) O Conselho Fiscal da Sociedade Anônima deverá ter formação de nível superior.
- D) Para compor o quadro de Diretoria da Companhia não é pré-requisito fazer parte do livro de acionistas.

74. O capital social de uma sociedade anônima é dividido em frações denominado de ações, responda a incorreta:

- A) O acionista, detentor de ações de uma sociedade anônima poderá negociar essas ações no mercado de capitais.
- B) O valor nominal de uma ação se consegue ao dividir o capital social pelo número de ações.
- C) O valor patrimonial de uma ação se consegue ao dividir patrimônio líquido pelo número de ações.
- D) O valor de negociação de uma ação se consegue ao dividir o valor venal do estabelecimento da sociedade anônima que se pretende negociar pelo número de ações.

Previdenciário

75. Com relação aos beneficiários do RGPS, assinale a opção correta.

A) Para efeitos previdenciários, presume-se que o filho e o enteado com menos de vinte e um anos são economicamente dependentes do segurado.

B) Para que o companheiro de segurado do mesmo sexo integre o rol de dependentes, de modo que faça jus aos mesmos direitos que os casais heterossexuais no que diz respeito ao recebimento de pensão por morte, é indispensável que se comprove, além da vida em comum, a dependência econômica.

C) O brasileiro civil que trabalhe fora do país para organismo oficial internacional do qual o Brasil seja membro efetivo, ainda que lá domiciliado e contratado, será segurado da previdência social como empregado.

D) De acordo com a jurisprudência pacificada do STJ, o trabalho urbano de um dos membros do grupo familiar não descaracteriza, por si só, os demais integrantes como segurados especiais.

Processo Penal

76. Durante 35 anos, Ricardo exerceu a função de juiz de direito junto ao Tribunal de Justiça de Minas Gerais. Contudo, no ano de 2012, decidiu se aposentar e passou a morar em Florianópolis, Santa Catarina. No dia 22/01/2015, travou uma discussão com seu vizinho e acabou por ser autor de um crime de lesão corporal seguida de morte, consumado na cidade em que reside. Oferecida a denúncia, de acordo com a jurisprudência majoritária dos Tribunais Superiores, será competente para julgar Ricardo

A) o Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais.

B) uma das Varas Criminais de Florianópolis.

C) o Tribunal de Justiça de Santa Catarina.

D) o Tribunal do Júri de Florianópolis.

77. Carlos foi indiciado pela prática de um crime de lesão corporal grave, que teria como vítima Jorge. Após o prazo de 30 dias, a autoridade policial elaborou relatório conclusivo e encaminhou o procedimento para o Ministério Público. O promotor com atribuição concluiu que não existiam indícios de autoria e materialidade, razão pela qual requereu o arquivamento. Inconformado com a manifestação, Jorge contratou advogado e propôs ação penal privada subsidiária da pública. Nesse caso, é correto afirmar que:

A) caso a queixa seja recebida, o Ministério Público não poderá aditá-la ou interpor recurso no curso do processo.

B) caso a queixa seja recebida, havendo negligência do querelante, deverá ser reconhecida a preempção.

C) a queixa proposta deve ser rejeitada pelo magistrado, pois não houve inércia do Ministério Público.

D) a queixa proposta deve ser rejeitada pelo magistrado, tendo em vista que o instituto da ação penal privada subsidiária da pública não foi recepcionado pela Constituição Federal.

78. O inquérito policial pode ser definido como um procedimento investigatório prévio, cuja principal finalidade é a obtenção de indícios para que o titular da ação penal possa propô o suposto autor da infração penal. Sobre o tema, assinale a afirmativa correta.

A) A exigência de indícios de autoria e materialidade para oferecimento de denúncia torna o inquérito policial um procedimento indispensável.

B) O despacho que indeferir o requerimento de abertura de inquérito policial é irrecorrível.

C) O inquérito policial é inquisitivo, logo o defensor não poderá ter acesso aos elementos informativos que nele constem, ainda que já documentados.

D) A autoridade policial, ainda que convencida da inexistência do crime, não poderá mandar arquivar os autos do inquérito já instaurado.

79. A prisão temporária pode ser definida como cautelar restritiva, decretada por tempo determinado, destinada a possibilitar as investigações de certos crimes considerados pelo legislador como graves, antes da propositura da ação penal. Sobre o tema, assinale a afirmativa correta.

A) Assim como a prisão preventiva, pode ser decretada de ofício pelo juiz, após requerimento do Ministério Público ou representação da autoridade policial.

B) Sendo o crime investigado hediondo, o prazo poderá ser fixado em, no máximo, 15 dias, prorrogáveis uma vez pe mesmo período.

C) Findo o prazo da temporária sem prorrogação, o preso deve ser imediatamente solto. D) O preso, em razão de prisão temporária, poderá ficar detido no mesmo local em que se encontram os presos provisórios ou os condenados definitivos.

80. Sobre os pressupostos subjetivos dos recurso, aponte a afirmação correta.

I- O recurso poderá ser interposto pelo Ministério Público, ou pelo querelante, ou pelo réu, seu procurador ou seu defensor, também pode recorrer o assistente de acusação.

II- Se o réu declara pessoalmente sua intenção de recorrer ao oficial de justiça ao ser intimado da sentença, não pode seu defensor desistir contra a sua vontade, devendo apresentar as razões do recurso, mas se o acusado manifestar intenção de não recorrer, e seu defensor protocolar o recurso, este deve ser conhecido e julgado.

III- O Ministério Público possui regras próprias e pode recorrer em favor do réu, mas existindo recurso idêntico por parte da defesa, o interposto pelo órgão ficará prejudicado.

a) Apenas a afirmação I está correta.

b) As afirmações I, II e III estão corretas.

c) As afirmações II e III estão corretas.

d) As afirmações I e II estão corretas.

